

ESTADO DE SAO PAULO

VIII Congresso é encerrado com a divulgação da "Carta de Belém"

Com a presença do senador do Pará, Jarbas Passarinho — um dos homenageados com a Medalha do Mérito Rodoviário —, foi encerrado na quinta-feira à noite o VIII Congresso dos Empresários do Transporte Rodoviário de Bens, realizado durante três dias no Centro de Convenções Tancredo Neves (CENTUR), em Belém, Pará.

Após o término do encontro, foi aprovada pelo plenário a "Carta de Belém", documento no qual os empresários do setor afirmam sua disposição de "dizer não à recessão, investir e manter o nível de emprego", apesar das dificuldades econômicas.

Num documento conciso, que será encaminhado às autoridades federais os transportadores rodoviários de carga manifestam-se sobre cinco temas — Constituinte, Controle de Preços, Siste-

ma Rodoviário, Carga Tributária e Fiscalização nas Rodovias.

Sobre a futura Constituição, a "Carta de Belém" afirma que o setor defende a legislação que garante o controle nacional da atividade.

Essa posição sobre a Lei da Nacionalização do Setor, assinada em 1980 pelo então presidente João Figueiredo, foi tirada de pesquisa entre os participantes do VIII Congresso. A maioria absoluta (56,6 por cento) quer a manutenção da lei. A ampliação da participação do capital estrangeiro no setor, hoje limitado a 20 por cento, mas com manutenção do controle em mãos de nacionais, é defendida por 28,9 por cento dos congressistas, enquanto apenas 2,4 por cento concordam com a revogação da proibição. A manutenção do setor em mãos do capital nacional foi sustentada também pelo senador Jarbas Passarinho, no discurso que proferiu quando do recebimento da medalha do Mérito Rodoviário que lhe foi outorgada pelo Conselho Superior da Entidade Nacional que congrega as empresas do setor: A NTC, uma das promotoras do encontro.

CONTROLE DE PREÇOS. HÁ PREOCUPAÇÃO

Em outro item da "Carta de Belém", os transportadores rodoviários de carga manifestam sua preocupação com um sistema de controle de preços que qualifiquem de "Perverso", por "privilegiar alguns e punir setores competitivos", como o transporte rodoviário de carga. Por isso, o VIII Congresso decidiu que as entidades de representação do setor devem estabelecer Assembléias permanentes "na expectativa de uma solução que elimine a insuportável defasagem tributária hoje existente". Além disso, será nomeada uma comissão especial de acompanhamento junto à Secretaria Especial de Administração de preços (SEAP).

A preocupação dos transportadores rodoviários de carga diz respeito à defasagem tarifária acumulada de cerca de 40 por cento com que o setor de forma geral vem convivendo desde fins do plano cruzado. Ainda nesta semana, a entidade nacional do setor deverá ter encontro com autoridades da SEAP para dar e encaminhar a questão.

(Em seguida) da nova formulação da política de controle de preços, os fretes do transporte rodoviário de carga estão incluídos entre os preços "estritamente controlados", cujo reajuste depende de

prévia autorização do Conselho Interministerial de Preços (CIP).

PERIGO NAS ESTRADAS

Outro tema arduamente debatido no VIII Congresso foi a segurança no Trânsito. Segundo a "Carta de Belém", "É gravíssima" a situação do sistema rodoviário nacional, o que em boa parte provoca o crescimento dos acidentes (um milhão em 1985, com 25 mil mortos e 350 mil feridos).

Os transportadores defendem a imediata liberação de verbas para preservação, recuperação e ampliação do patrimônio rodoviário nacional, no qual, segundo dados oficiais há mais de dois mil "pontos negros", ou seja, locais que, por sua configuração estão fadados a ser repetidamente palco de acidentes de trânsito.

TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO

Ainda segundo a "Carta de Belém", a carga Tributária sobre as atividades produtivas não deve ser ampliada pelo governo federal, como vem sendo anunciado, "pelo menos enquanto a administração pública em todos os níveis não alcançar padrões mínimos de probidade e eficiência".

Os transportadores denunciam também o que chamam de "furo fiscalizatório" das Fazendas Estaduais ao longo das rodovias, que vem provocando a retenção de veículos e cargas, muita vez por problemas atribuíveis apenas aos embarcadores.

SIMPÓSIOS

Paralelamente ao VIII Congresso, foram realizados dois simpósios: do Transporte Itinerante e o das Empresas de Transportes da Amazônia. Entre as várias conclusões e recomendações dos dois simpósios, merece destaque o das Empresas de Transporte da Amazônia, que resolveu enviar sugestões à Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca (SUFRAMA) com objetivo de aperfeiçoar a portaria 181/87, desse órgão, ainda não publicada oficialmente, que dispõe sobre cadastramento de empresas de transporte rodoviário de carga que atuam na Amazônia Ocidental, para fins de incentivos fiscais, em suas linhas gerais, o documento sugere à SUFRAMA que adote os padrões estabelecidos pelo Ministério dos Transportes e pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para a atividade, sem criar novas exigências no que diz respeito à instalações e documentação.

A íntegra do documento final do encontro do transporte

Eis a seguir, a íntegra da "Carta de Belém", divulgada na capital do Estado do Pará na quinta-feira, quando do encerramento do VIII Congresso dos Empresários do Transporte Rodoviário de Bens.

Os empresários do transporte rodoviário de bens — responsáveis pela circulação de 70 por cento das riquezas nacionais, pela geração de mais de três milhões de empregos diretos e pelo sustento de 10 por cento da população Brasileira — reunidos na acolhedora cidade de Belém, para o VIII Congresso Nacional da categoria, realizado de 15 a 17 de setembro de 1987, em três dias de profícuos debates, agregando mais de cinquenta pessoas vindas de todos os pontos do país, entre lideranças do setor, dirigentes de todas as entidades de classe, empresários representativos das diversas especialidades de transporte, parlamentares, autoridades estaduais e federais e fornecedores, após exaustiva análise da conjuntura e da situação do sistema nacional de transportes, declaram divulgar o presente documento, que sintetiza as principais preocupações do setor, neste momento da vida nacional.

porte rodoviário de bens deixam Belém, ao fim de seu VIII Encontro Nacional, conscientes da gravidade do momento vivido pelo país, mas sem pessimismo e com redobrada disposição para enfrentar crises e superar obstáculos. A categoria para tudo o que estiver ao seu alcance para dizer não à recessão, investir e manter o nível de emprego.
Belém 17 de setembro de 1987.
Sebastião Ubson Ribeiro
Presidente do VIII Congresso do TRB

1 — CONSTITUINTE

Os empresários reunidos no VIII Congresso Nacional do Transporte Rodoviário de Bens reiteram sua esperança de que a Constituição em elaboração resguarde a livre iniciativa e o Sistema Nacional de Transporte, assegurando-lhe recursos adequados e justa remuneração, garantindo sua permanência sob o controle de brasileiros.

As esperanças de um país melhor devem levar em conta que um transporte desenvolvido é condição essencial para viabilizar uma economia em crescimento.

2 — CONTROLE DE PREÇOS:

Manifestam sua preocupação com um sistema perverso de controle de preços, que privilegia alguns e pune setores competitivos, como o transporte rodoviário de bens, asfixiando pequenas e médias empresas nacionais.

As entidades de classe do transporte rodoviário de bens de todo o país permanecerão em assembléia permanente na expectativa de uma solução que elimine a insuportável defasagem tarifária hoje existente, nomeando para tanto em caráter extraordinário, uma comissão especial de acompanhamento junto a Secretaria Especial de Administração de Preços.

3 - SISTEMA RODOVIÁRIO

Renovam seu alerta para a gravíssima situação do sistema rodoviário nacional.

Privados de recursos fundamentais para a preservação e ampliação do patrimônio rodoviário, bem como para a sinalização e o policiamento das estradas, o DNER e os DER's assistem, impotentes, ao crescimento vertiginoso dos sinistros — somente em 1986 ocorreram um milhão de acidentes nas rodovias brasileiras, com 25 mil mortos e 350 mil feridos. As perdas econômicas foram da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

4 - CARGA TRIBUTÁRIA/ FISCALIZAÇÃO:

Repelem com energia a hipótese de aumento da carga tributária sobre as atividades produtivas, pelo menos enquanto a administração pública, em todos os níveis, não alcançar padrões mínimos de probidade e eficiência.

Denunciam, também, o crescente furor fiscalizatório das fazendas estaduais ao longo das rodovias com retenção abusiva de veículos e cargas em pontos remotos do território nacional, cerceando a defesa dos transportadores e impondo-lhes graves prejuízos.

5 - CONCLUSÃO FINAL:

Os empresários e líderes do trans-